

GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO: UMA LEITURA A PARTIR DO ESPAÇO, DO TERRITÓRIO E DOS SUJEITOS

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente

Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

fer_henrique15@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Esse texto é resultado de reflexões teóricas levantadas no âmbito da disciplina “*Teoria dos territórios e da questão agrária*”, ministrada pelo Professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes durante o segundo semestre de 2018, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente - (SP). O artigo tem por objetivo debater o tema do envelhecimento a partir de uma perspectiva geográfica, considerando a questão do espaço, do território e dos sujeitos, para entender os elementos inerentes ao fenômeno de ser “velho” e os seus impactos no sujeito e no espaço/território. Verificamos que o envelhecimento não é um tema central no campo de estudos da Geografia, por isso, buscamos nesse texto, ampliar a discussão em torno desses conceitos para pensar a relação entre o sujeito com espaço/território e a velhice.

Nesse artigo realizamos um esforço teórico para contextualizar e aproximar os conceitos de espaço/território, idade e envelhecimento no âmbito da geografia. Portanto, buscamos dar centralidade nas idosas(os), sujeitos sociais ausentes no discurso geográfico. Do ponto de vista teórico optamos por selecionar algumas bibliografias da disciplina relacionando com textos que discutissem sobre as representações sociais da velhice, além de aprofundar no referencial teórico da Geografia do Envelhecimento, campo de estudo amplamente difundido no universo anglo-saxão.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira parte apresentamos e discutimos a relação entre espaço e velhice partindo do referencial teórico da Geografia do Envelhecimento. Também apontamos como as experiências de envelhecimento podem produzir espacialidades específicas, se tomarmos como parâmetro questões como mobilidade e acessibilidade. Na segunda parte discutimos a relação entre o espaço, território e o envelhecimento, definindo-os como categorias de análise geográficas para pensar a questão da idade e do ordenamento geracional. Na terceira parte do texto debatemos as potencialidades dos conceitos de intergeracionalidade, interseccionalidade e cursos de vida para o estudo da idade no âmbito da geografia. Também, nos propomos a

repensar uma nova geografia que considere os sujeitos de todas as idades, criança, jovens, adultos e idosos, numa perspectiva relacional de idade.

Entendemos que a questão da velhice foi encarada de múltiplas formas ao longo da história das sociedades, desde uma realidade incômoda (BEAUVOIR, 1970), até como uma questão social, de conquista de direitos e acesso a melhores condições de sobrevivência. Podemos dizer que a velhice se ressignificou com o tempo e que ser velha(o) na contemporaneidade representa ter acesso a um conjunto de possibilidades, como, um mercado de consumo específico para a terceira idade, ter direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso, porém, por se tratar de uma experiência heterogênea, nem todos os sujeitos têm acesso a modelos de envelhecimento mais adequados e saudáveis.

Por fim, produzimos esse texto com a finalidade de compreender como a questão do espaço, do território, da idade e do envelhecimento podem ser trabalhados e aprofundados de forma relacional dentro do campo de possibilidades da geografia. Acreditamos que o acesso ao conjunto de conceitos, teorias e bibliografias proporcionadas pela disciplina nos afetou de forma positiva, pois pudemos pensar e definir o envelhecimento como objeto de estudo e as(os) idosas(os) como os sujeitos colaboradores/participantes do processo de pesquisa.

O ENVELHECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Nesta seção nos propomos analisar o tema do envelhecimento a partir de uma abordagem geográfica, que compreenda as espacialidades e o espaço/território produzido pelas(os) idosas(os), tendo como foco a mobilidade e o acesso dos sujeitos a essa experiência. Partimos da construção de espaço defendida por Massey (2008; 2009), em que ele é entendido como produto de inter-relações, estando sempre aberto e em processo, onde os sujeitos se inserem e produzem seu espaço a partir das interações. A autora entende o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, onde distintas trajetórias coexistem (MASSEY, 2008).

Nas últimas décadas verificou-se um intenso processo de envelhecimento populacional no mundo. No Brasil, estima-se que há mais de 20 milhões de idosos, pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. De acordo com o Estatuto do Idoso (2013), “o país está em 6º lugar no ranking de países com maior número de população idosa do mundo” (BRASIL, 2013, p.5). Portanto, partindo desse universo, em que o número de idosas(os) estão aumentando e ganhando destaque na pirâmide etária, justificamos a necessidade de compreender as múltiplas dimensões do envelhecimento e seus impactos na sociedade atual.

O envelhecer em nossa sociedade possui múltiplos significados, abarcando tanto representações negativas, em que a velhice é entendida como um problema, quanto visões

que valorizam essa etapa da vida, em que as pessoas buscam ter um envelhecimento bem-sucedido. Contudo, a velhice ainda é tratada como um problema social (DEBERT, 2004).

Nesse trabalho partimos da hipótese de que o envelhecimento não se dá de maneira igual para todos os sujeitos, variando de acordo com a renda, gênero e até mesmo o espaço, portanto há experiências heterogêneas de envelhecimento em nossa sociedade. Assim, o envelhecimento é uma experiência universal e individual pelo qual todos passamos. É um processo multidirecional, gradual e irreversível, é um fenômeno complexo que engloba simultaneamente aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais (DEBERT, 2004).

Em um estudo sobre a relação entre campesinato, envelhecimento e crédito Jahn (2018) escreve que,

Por envelhecimento entende-se um campo de estudos, amplo, complexo, heterogêneo e diversificado, que pode ser visto sob diferentes aspectos como o clínico, físico, biológico, de construção social, psicológico ou mesmo enquanto um processo e uma construção histórica. Assim, não pode ser delimitado apenas com o recorte etário, apesar de ele ser importante para delimitação prática e para a constituição de políticas públicas para o segmento (JAHN, 2018, p.8).

De forma abrangente e teórica a autora discute a temática do envelhecimento, trazendo a questão do envelhecimento no campo e a sua relação com o campesinato. Nesse sentido, Jahn (2018) demonstra o papel dos idosos na história, evidenciando que eles sempre existiram e desenvolveram suas atividades em determinados contextos. Porém, constata-se que há um aumento do número desses sujeitos na atualidade. Portanto, entende-se envelhecimento é atualmente um tema atual e mais cotidiano, tendo em vista que ele está em curso.

De maneira geral, há duas formas de explicar o processo de envelhecimento demográfico. A primeira delas é o envelhecimento pela base, em que há uma queda nas taxas de fecundidade que leva à redução na proporção da população jovem e a um conseqüente aumento da população idosa. A segunda forma é o envelhecimento pelo topo, que se caracteriza pela diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas, contribuindo para que esse segmento populacional sobreviva por períodos mais longos (JAHN, 2018).

No entanto, é importante destacar que apesar do envelhecimento populacional ter significado uma das principais conquistas do século XXI, ele também é um fenômeno que trouxe consigo grandes desafios para as políticas públicas e para as estruturas organizativas e sociais. Nesse sentido, há um grande e amplo debate em relação a contribuição e o papel dos idosos, vistos como um contingente da população economicamente inativa e um peso do ponto de vista da previdência social.

De acordo com as informações obtidas no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) há mais mulheres idosas do que homens idosos em áreas urbanas e no caso do rural ocorre o inverso, há um número maior de homens idosos em relação as mulheres, sendo 107 homens para cada 100 mulheres que residem no campo brasileiro. Os dados descritos demonstram um aumento no número de pessoas idosas no Brasil e na América Latina decorrente do processo de envelhecimento populacional. No entanto, cabe destacar que esse processo global também é individual, pois “as pessoas envelhecem na medida em que a sua idade aumenta, sendo um processo irreversível e natural”. (JAHN, 2018, p.42).

Tomando como base a realidade europeia, Áries (1986) descreve que as experiências de velhice começava cedo na sociedade antiga. “Os exemplos são conhecidos, a começar pelos velhos de Molière, que aos nossos olhos pareciam jovens ainda. [...] Em geral, porém, antes do século XVIII, o ancião era considerado ridículo” (ÁRIES, 1986, p.47). Ao discorrer sobre a questão da velhice, o autor mostra que com a evolução da sociedade a noção de ancião, papel desempenhado pelos mais experientes e sábios, foi sendo substituída pela noção burguesa de “homem de certa idade”, e por “senhores e senhoras bem conservados”. Portanto, “a ideia tecnológica da conservação substitui a ideia ao mesmo tempo biológica e moral da velhice” (ÁRIES, 1986, p.48).

Ao discutir sobre os aspectos sociais da velhice a partir de realidade brasileira, Barreto (1992) descreve como esse processo foi tratado de formas diferentes ao longo da história. Segundo a autora,

antes do século XVIII, a velhice era considerada ridícula; no século XIX, sábia; no século XX, a velhice como conceito biológico e moral desaparece, e a pressão social exerce-se no sentido de negar a velhice enquanto tal, valorizando-se a pessoa que consegue disfarçar fisicamente (velhos bem conservados) e/ou psicologicamente (velhos de espírito jovem). Já não há valorização alguma da velhice. Conserva-se, do século anterior, uma norma que estabelece que os velhos (os anciãos, os sábios) devem ser respeitados, mas esse “objeto de respeito” encontra-se desaparecido, “disfarçado de jovem”, física, moral e psicologicamente (BARRETO, 1992, p.23).

Ao realizar um estudo sobre os conflitos éticos construídos no processo de ressignificação da velhice, Debert (2004) narra como a experiência de envelhecer foi adquirindo novos sentidos na sociedade. A partir do século XIX com a instituição das sociedades modernas, a velhice era tratada como uma etapa de vida marcada pela dependência física e ausência de papéis sociais. Nesse momento, o avanço da idade é visto como um processo contínuo de perdas e dependência (DEBERT, 2004).

Ao escrever esse artigo, realizamos uma busca em periódicos e no banco de dissertações e teses na área de Geografia da Capes, verificamos a ausência de trabalhos

vinculados ao campo de estudos da Geografia do Envelhecimento, encontramos apenas um artigo de revisão teórica sobre o tema. Todavia, os estudos que tratam do tema do envelhecimento não explicitam o vínculo teórico com esse campo. No Brasil não há uma tradição de estudar o envelhecimento sob uma perspectiva geográfica (NÓBREGA, 2017).

Segundo o autor não há registros de atividades que estejam relacionadas a uma geografia do envelhecimento no Brasil, Há trabalhos desenvolvidos nas áreas da saúde, da demografia e da gerontologia social. Portanto, não existem muitos estudos que privilegiem uma abordagem geográfica do envelhecimento. O autor destaca que até recentemente, os idosos não eram analisados como centralidade nos estudos sociais brasileiros (NÓBREGA, 2017).

A partir disso, vimos que o envelhecimento vem sendo tratado na geografia a partir de uma perspectiva demográfica, que considera a velhice apenas como uma etapa de vida, porém consideramos necessário avançar no debate sobre as múltiplas experiências de envelhecimento na contemporaneidade, na medida em que a velhice e os idosos não são temas privilegiados nos estudos de abordagem geográfica.

Não há porque não assumir a centralidade desta questão, o debate sobre o envelhecimento e a velhice precisam sair da clandestinidade dos números e dialogar com um universo mais amplo que o demográfico; é urgente tratar dos dramas da vida na velhice, por isso, faz-se fundamental entender qual o sentido da produção(reprodução) humana nesta etapa da vida sem negar que a experiência de viver abarca harmonias, contradições, sincronias, diacrônicas em movimentos positivos e outros que refletem negatividades, por isso, a velhice não é uma ruptura, não é uma condição nova, ela faz parte da totalidade da vida (NÓBREGA, 2017, p.36).

Segundo Nóbrega (2017), os primeiros estudos relacionados a Geografia do Envelhecimento surgem no início do século XX no contexto da geografia regional, em que questões relacionadas a distribuição e localização no espaço eram o centro das investigações na época. Hardill (2009) e Nóbrega (2017) situam a origem dos estudos da geografia do envelhecimento no universo anglo-saxão.

Hardill (2009) discute sobre as múltiplas abordagens do envelhecimento na geografia, porém privilegia os estudos que focam na relação entre o envelhecimento e o espaço, pois, entende que o envelhecimento é uma experiência produtora e reprodutora de espaço. A autora traz o idoso como sujeito central em suas análises e apresenta alguns exemplos de pesquisas dentro do campo da geografia britânica do envelhecimento, tais como: os estudos sobre as espacialidades do medo para pessoas idosas; sobre as experiências da velhice por meio do uso de espaços de lazer e sobre as relações de gênero e mobilidade na construção espacial (HARDILL, 2009).

Nesse sentido, a autora também destaca como as geografias feministas e pós-coloniais tensionam e questionam as formas sincrônicas de ordenamento geracional que

compartimentam os sujeitos sociais a partir da idade, segregando e contrapondo as gerações. Essas correntes discutem como o espaço compõe o processo de ordenamento geracional, pois, em vez de definir a velhice como um descritor cronológico, as geografias feministas e pós-coloniais enfatizam a importância da dimensão espacial nas construções do envelhecimento, tendo em vista que as transformações no espaço demarcam as diferenças geracionais.

Nóbrega (2017) ressalta que a Geografia do Envelhecimento ganhou relevância a partir do século XX em países mais desenvolvidos, pois a realidade apontava para mudanças na pirâmide etária, levando a um aumento da longevidade e a diminuição das taxas de natalidade e de fecundidade. A velhice e suas dimensões passaram a ser um fenômeno importante para a compreensão dos modos de vida dos sujeitos sociais.

Nas décadas de 1950 e 1960 há uma expansão da Geografia do Envelhecimento nos Estados Unidos e na Europa, com estudos voltados para a migração populacional e distribuição de velhos nesses países. No caso estadunidense a divulgação dos censos demográficos possibilitou o desenvolvimento desse campo, pois percebeu-se o impacto do aumento do número de idosos ao longo dos anos. De acordo com o autor, ainda na década de 1960 surgem estudos sobre migração e perspectivas regionais de envelhecimento nas geografias alemã, francesa, espanhola e australiana (NÓBREGA, 2017).

No entanto, somente a partir da década de 1980 que a geografia desenvolve um referencial analítico para tratar do envelhecimento como um fenômeno geográfico. Isso ocorre por meio de uma aproximação entre a geografia e da gerontologia social que entende a transformação da velhice numa questão social relevante, dando a importância de estudar os contextos sociais em que os idosos estão inseridos (NÓBREGA, 2017).

Do ponto de vista metodológico, o autor localiza dois blocos temáticos: os estudos geográficos do envelhecimento demográfico e os estudos geográficos das condições dos velhos e sua relação com o meio. Segundo Nóbrega (2017), a Geografia do Envelhecimento se orientou por meio de três eixos de análise: “as mudanças nas relações com o meio físico e social; a distribuição geográfica do envelhecimento; e a localização de recursos e desenvolvimento dos serviços sociais, sanitários e assistenciais necessários a este grupo populacional” (NÓBREGA, 2017, p.43). Posteriormente, com o desenvolvimento dos estudos, a Geografia do Envelhecimento buscou compreender “a evolução do envelhecimento demográfico e suas implicações globais a longo prazo; as dimensões espaciais em relação à vida dos velhos; e a mudança temporal nas interações entre o meio geográfico e os velhos” (NÓBREGA, 2017, p.43).

Os estudos geográficos sobre as condições de vida dos velhos e a relação com o meio estão centrados na análise das relações entre o espaço, que integra o ser social, e as necessidades pessoais, sociais e assistenciais dos mesmos. Sendo assim, buscamos

explicitar uma geografia preocupada com a reprodução da vida que busca compreender a totalidade dos fenômenos sociais e os fenômenos espaciais.

“uma geografia do envelhecimento só se sustenta como um conjunto de pesquisas, trabalhos e reflexões se entender a indissociabilidade das questões relacionais às análises espaciais e ao ambiente em que os velhos estão inseridos” (NÓBREGA, 2017, p.57).

As questões sociais da velhice e do envelhecimento vem sendo discutida por várias áreas do conhecimento, mas é a gerontologia social, também conhecida como a ciência da velhice, que estuda as questões sociais inerentes ao desenvolvimento humano.

O geógrafo ao estudar o envelhecimento precisa se tornar um profundo conhecedor das relações dos velhos com o espaço geográfico, ou seja, com o lugar de realização da vida cotidiana, ajudando, quando possível, na mediação de conflitos, na solução de problemas espaciais de ordem prática e na superação das fragilidades (NÓBREGA, 2017, p.60).

Os estudos sobre o envelhecimento tratam de questões centrais para a reprodução social dos velhos. Debert (2004), demonstra como a velhice tornou-se uma questão pública em nossa sociedade, na medida em que envelhecer é um elemento fundamental para a conquista de direitos sociais, como a aposentadoria e o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1o de outubro de 2003, que busca proteger e garantir um conjunto de direitos a população com 60 anos ou mais. De acordo com o Estatuto do Idoso em seus artigos,

Art. 8.º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 9.º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2004, p.8).

De acordo com os dados do censo demográfico realizado em 2010, houve um crescimento em relação ao número de idosos no Brasil, população com 65 anos ou mais, alargando cerca de 7,4 % o topo da pirâmide etária brasileira.

A representatividade dos grupos etários no total da população em 2010 é menor que a observada em 2000 para todas as faixas com idade até 25 anos, ao passo que os demais grupos etários aumentaram suas participações na última década. O grupo de crianças de zero a quatro anos do sexo masculino, por exemplo, representava 5,7% da população total em 1991, enquanto o feminino representava 5,5%. Em 2000, estes percentuais caíram para 4,9% e 4,7%, chegando a 3,7% e 3,6% em 2010. Simultaneamente, o alargamento do topo da pirâmide etária pode ser observado pelo crescimento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010 (IBGE, 2010, p.5).

Em contrapartida, houve uma diminuição do número de jovens, caindo de 4,9% em 2000 para 3,7% em 2010. Portanto, partindo desses dados é possível apontar para um crescimento da população adulta no país com destaque para o aumento da população idosa (IBGE, 2010). Nesse cenário o Sudeste e Sul destacam-se como as regiões mais envelhecidas do país, tendo cerca de 8,1% da população constituída por idosos.

Portanto, nesse ensaio nos propomos revisitar o referencial da Geografia do Envelhecimento, visando contribuir para o aprofundamento de uma geografia brasileira do envelhecimento.

ESPAÇO, TERRITÓRIO, E ENVELHECIMENTO COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

Nesta seção buscamos apresentar e discutir as potencialidades dos conceitos de espaço e de território nas análises sobre idade e envelhecimento. O envelhecimento é um campo de estudos amplo, complexo e heterogêneo (JAHN, 2018). Dentro da geografia ele é analisado a partir de duas perspectivas: pelo viés demográfico e pela Geografia do Envelhecimento. Do ponto de vista demográfico o envelhecimento é entendido a partir de elementos voltados à compreensão da dinâmica da população e à caracterização da velhice como uma etapa da vida cristalizada na forma de pirâmides etárias. Já a abordagem da Geografia do Envelhecimento, estabelecida pelo diálogo entre a Geografia e a Gerontologia Social, busca entender as necessidades reais dos velhos em função do processo de produção e reprodução do espaço (NÓBREGA, 2017).

No texto apresentamos as possibilidades de estudo da idade pela geografia procurando ampliar e aprofundar o entendimento do envelhecimento a partir da dimensão do espaço/território, entendidos aqui por meio dos princípios da indissociabilidade e da multidimensionalidade. Compreendemos o espaço/território como um todo multidimensional que compõe a realidade. Suas múltiplas dimensões são produzidas por meio das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais (FERNANDES, 2008; 2009).

Fernandes (2009) faz essa leitura multidimensional a partir da produção espacial e territorial produzidas pelas relações sociais que estão em permanente conflito e disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Portanto, entendemos que dentro do campo de estudos da geografia não é possível dissociar a ideia de espaço da ideia de território na leitura dos processos e fenômenos de natureza geográfica.

Partindo da construção teórica da geógrafa Doreen Massey (2008) compreendemos que o espaço é muito mais que um receptáculo ou superfície, em que a vida se reproduz e as relações sociais acontecem, ele é um todo multidimensional, onde o espaço e os sujeitos se produzem e coexistem juntos.

Massey (2008) escreve sobre as potencialidades de como pensamos e compreendemos o espaço como uma dimensão social, além de discutir a questão da virada espacial nas ciências humanas e sociais e a questão das espacialidades. Nesse sentido, a autora argumenta sobre o modo que pensamos o espaço; para ela,

o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos de mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política”. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros (MASSEY, 2008, p.16).

Nesse sentido, a autora defende uma abordagem alternativa do espaço e estabelece algumas proposições para sustentar essa ideia.

Primeiro, reconhecemos o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais acabado, nunca está fechado (MASSEY, 2008, p.16).

Portanto, o espaço está sempre em processo e em aberto, sendo resultado da imprevisibilidade, onde múltiplas trajetórias coexistem. “Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo” (MASSEY, 2008, p.17). Portanto, a autora realiza um esforço para construir uma noção de espaço que vá além da ideia de representação, sincronia e fechamento, como uma dimensão fixa e estática, mas que considere a heterogeneidade, as relações, o movimento e os sujeitos inseridos e constitutivos no espaço.

Milton Santos (1996) compreende o espaço geográfico enquanto uma totalidade, sendo definido a partir de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Nessa organização as relações e o pensamento enquadram-se como dimensões do sistema de ações. Já toda forma de estrutura e de equipamentos compõem o sistema de objetos que se materializam pelo espaço, estando na forma de fixos e fluxos.

Para compreender as experiências de envelhecimento e sua relação com o espaço/território é necessário ressaltar a relação entre sujeito e espaço/território, que pode ser explicada pela lógica da indissociabilidade, na medida em que a existência e reprodução

do sujeito tem que ter um território. Portanto, o princípio da indissociabilidade permite entender o território como superfície, mas também como sujeito que produz esse território a partir das relações (FERNANDES, 2009).

Partindo desse mesmo raciocínio entendemos que o processo de envelhecimento só ocorre com a existência de um sujeito que tem sua sociabilidade e territorialidade atrelada as dimensões do território. Desse modo, o sujeito é inerente ao território, ao mesmo tempo que o território é inerente ao sujeito, coexistem juntos, de forma indissociável.

As dimensões do tempo e do espaço e do território são elementos importantes para compreensão do envelhecimento dos sujeitos, em que a dimensão do corpo pode ser lida como uma experiência espacial e como um espaço/território, que se posiciona socialmente e geograficamente no mundo (SILVA, 2016).

Tomando como base a tipologia de territórios, proposta por Fernandes (2008; 2009) compreendemos que há dois tipos de territórios: material e imaterial. Os territórios materiais são fixos e fluxos, estes são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam diferenciar os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2008). Para compreender as relações sociais que produzem os territórios o autor estabelece uma ordenação dos territórios, sendo espaços de governança como primeiro território, propriedades como segundo território e os espaços relacional como terceiro território.

Dentro dessa perspectiva de tipologia de territórios associada a leitura multidimensional do espaço e do território (MASSEY, 2008; FERNANDES, 2009) consideramos o corpo como uma possibilidade de espaço e território. O envelhecer é uma experiência múltipla e singular que transforma os corpos. Não é um processo homogêneo, cada sujeito vivencia esta fase de forma diferente (LOPES, 2011).

Na pesquisa de doutorado¹ (em andamento) estamos desenvolvendo uma tese sobre as dimensões do envelhecimento camponês em assentamentos rurais inseridos no contexto do Pontal do Paranapanema – São Paulo. No projeto definimos o envelhecimento enquanto objeto de estudo, visando compreender as suas dimensões a partir dos sujeitos e do espaço/território, com o objetivo de verificar de que forma o tempo transformou o modo de vida dos idosos camponeses e nos territórios dentro dos assentamentos rurais. Por se tratar de uma experiência individual, complexa e heterogênea, analisaremos o envelhecimento do ser e do espaço/território por meio das dimensões do trabalho e seus componentes, da família, da saúde, da infraestrutura do assentamento e das formas de

1 O espaço das memórias na luta pela terra no Pontal do Paranapanema (SP): um estudo sobre o processo de envelhecimento no assentamento Gleba XV de Novembro.

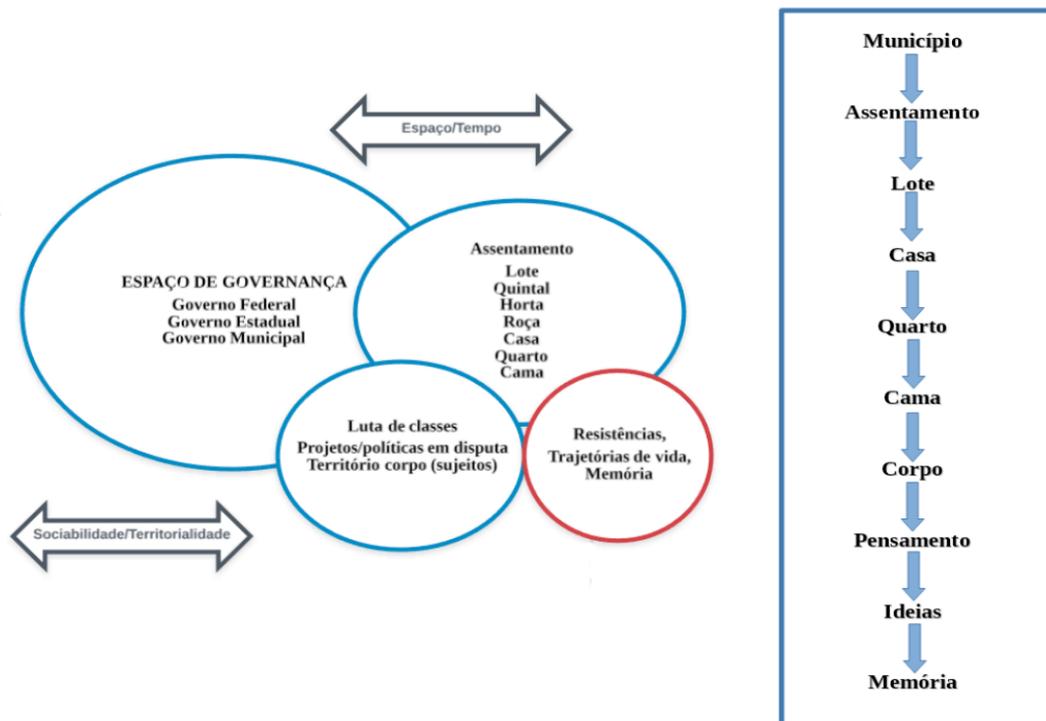
organização, do modo de vida e das resistências vivenciadas pelo sujeito idoso e camponês.

Organograma 1: Sistemas de objetos e sistemas de ações



Org: OLIVEIRA, F. H. F. (2019).

Organograma 2: Tipologia de territórios



Org: OLIVEIRA, F. H. F. (2019).

Nos organogramas (1 e 2) evidenciamos uma das possibilidades de leitura geográfica sobre o envelhecimento no campo, em que partimos da construção teórica dos sistemas de objetos e sistemas de ações e da tipologia de territórios para compreender melhor esses processos. Para dar sentido a essa leitura entendemos que esses elementos devem ser compreendidos a partir da lógica da indissociabilidade do espaço/território e sujeito e da perspectiva multidimensional que considere a sociabilidade e a territorialidade.

INTERGERACIONALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E CURSOS DE VIDA

Hopkins e Pain (2007) apresentam uma visão relacional da questão da idade na geografia, propondo superar a hierarquização e oposição geracional. A partir da discussão dos conceitos de intergeracionalidade, interseccionalidade e cursos de vida, os autores propõem uma geografia relacional que considere outros sujeitos sociais além do mundo dos adultos. A partir disso, buscamos dar centralidade aos idosos(as), sujeitos sociais não privilegiados pelo discurso social e geográfico. Sendo assim, acreditamos numa visão relacional da idade na geografia para romper com a ideia de uma geografia pensada e voltada apenas para os adultos.

De acordo com os autores, nas últimas décadas houve mudanças em relação ao estudo da idade na ciência geográfica, a partir do interesse em compreender as dinâmicas espaciais presentes na vida de crianças e jovens. Nesta seção buscamos aprofundar as reflexões entre o espaço e os idosos na geografia, tendo em vista que, “a atenção à vida dos idosos tem sido muito mais remediado. Além de mapear problemas de saúde e prestação de serviços, a literatura crítica sobre a velhice é minúscula (HOPKINS; PAIN, 2007, p. 288).

O envelhecimento não é apenas uma realidade biológica, se define também, como uma experiência cultural e histórica, variando de acordo com a cor, gênero, renda e até mesmo o espaço. Nesse sentido, partiremos da ideia defendida por Hopkins e Pain (2007) que preconizam mudanças na concepção de idade como um simples descritor geracional, entendendo-a como uma categoria socialmente construída para classificar as pessoas ao longo de suas vidas.

Os autores demonstram como os idosos, as crianças e os jovens foram sujeitos sociais esquecidos e marginalizados nas análises geográficas. Quando esses sujeitos aparecem nos trabalhos são descritos de forma estereotipada, como dependente, fisicamente menos capaz e socialmente excluído (HOPKINS; PAIN, 2007). Portanto, há uma escassez de pesquisas relacionadas a infância, a juventude e a velhice dentro do discurso geográfico, em que os sujeitos inseridos na faixa de idade dos adultos ganharam maior visibilidade e protagonismo.

Hopkins e Pain (2007) propõem a criação de geografias relacionais de idade, considerando as intergeracionalidades, as interseccionalidades e os cursos de vida, pensando numa geografia das crianças, dos jovens e dos idosos. Entretanto, esses conceitos não são novos, possuem certa tradição no âmbito das ciências sociais, porém estão sendo revisitado por parte de geógrafos preocupados em entender as espacialidades e os modos de vida desses sujeitos.

A intergeracionalidade é entendida como as interações e as relações entre os diversos grupos geracionais.

A visão da intergeracionalidade como um aspecto da identidade social sugere que o senso de si e dos indivíduos e dos outros grupos são baseadas na diferença geracional ou na mesmice. Essas identidades não são fixas, mas dinâmica, afetada pelas relações entre diferentes grupos etários ou gerações que podem variar (HOPKINS; PAIN, 2007, p. 288).

Os autores mostram que o contato intergeracional podem contribuir na melhoria na qualidade vida a partir das experiências de cooperação e interação entre as pessoas jovens e as mais velhas. As múltiplas formas de contato entre as gerações permitem explorar os sentimentos de afeto entre os sujeitos, em que os mais novos e os mais velhos aprendem juntos.

As geografias feministas têm avançado no debate intergeracional, tensionando a forma sincrônica em que a noção de geração é colocada. Questiona-se também, como o ordenamento geracional é compartimentado a partir da idade, segregando e colocando em oposição os mais novos e os mais velhos. A noção de geração na geografia é utilizada como uma forma de ordenamento da humanidade, separando os sujeitos por etapas da vida.

O conceito de interseccionalidade aparece como uma potência para os estudos sobre a idade dentro da geografia. A partir dele é possível compreender como as experiências de infância, juventude e velhice variam de acordo com o gênero, a sexualidade, a raça e até mesmo o espaço. Conforme discutido no estudo de Hopkins e Pain (2007), uma das principais contribuições das geografias feministas para a geografia foi compreender as diferenças que marcam o corpo e a complexidade das posições identitárias por meio do conceito de interseccionalidade. Nesse sentido, a cor de pele, o gênero, a sexualidade e a idade passaram a ser considerados como elementos importantes nas experiências espaciais.

Pautada nas experiências de transsexuais e travestis femininas, Silva (2017) discute a relação entre corpo e espaço na geografia, trazendo o corpo como uma experiência espacial e como um espaço geográfico, entendendo que todos os corpos são posicionados socialmente e geograficamente. Desse modo, entendemos que o conceito de

interseccionalidade permite explorar como os múltiplos marcadores de diferença social – gênero, sexualidade, classe, raça, idade entre outros – se cruzam e produzem desigualdades.

Claramente, as formas em que a idade é vivida e podem variar de acordo com diferentes marcadores de diferença social; pois as experiências cotidianas de pessoas pertencentes a grupos etários específicos são diversificada e heterogênea. (HOPKINS; PAIN, 2007, p. 290).

Os autores apresentam casos de como os diferentes marcadores de identidade podem se cruzar com a idade, em que por exemplo, os mais velhos podem ter uma experiência espacial com a acessibilidade e a mobilidade reduzida em relação aos jovens, na medida em que a grande maioria das cidades são planejadas para o estilo de vida dos adultos.

A ideia dos cursos de vida é constituída de eventos diários vivenciados de diferentes maneiras em cada uma das etapas da vida como a infância, a adolescência, a vida adulta e a velhice. Nesse sentido, as pessoas têm experiências e vivências de cursos de vida diferenciadas. Hopkins e Pain (2007) questionam a fixidez da idade cronológica dos cursos de vida, na medida em que são categorias socialmente construídas. Portanto, entendemos que “uma abordagem de curso de vida envolve o reconhecimento de que, em vez de seguir fases de vida fixas e previsíveis, vivemos dinâmicas e variadas vidas que têm, si mesmos, diferentes significados situados” (HOPKINS; PAIN, 2007, p. 290).

Após apresentarmos algumas abordagens de como a questão da idade é trabalhada na geografia, reconhecemos as limitações e as potencialidades dos conceitos de intergeracionalidade, de interseccionalidade e dos cursos de vida para explorar a questão do envelhecimento de uma forma relacional, considerando-o como uma experiência espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho verificamos que a idade e o envelhecimento não são temas centrais dentro do conhecimento geográfico, quando citados, aparecem sob uma abordagem demográfica e estatística, apresentando a dinâmica populacional de determinado lugar e contexto específico. Entretanto, reconhecemos a necessidade de avançar no debate sobre a Geografia do Envelhecimento, campo de estudos pouco explorado na geografia brasileira, para compreender melhor a relação entre velhice e espaço. Pois, assim como a juventude, entendemos que o envelhecimento também pode se operacionalizar como uma categoria importante dentro da geografia, tendo em vista que essa experiência produz territórios, espaço e espacialidades.

Nas últimas décadas o envelhecer ganhou uma maior visibilidade na mídia, nas ciências e na sociedade em geral, devido os impactos e as consequências desse processo em relação à previdência social, à saúde e ao mercado de trabalho. Também reconhecemos que houve várias conquistas para a velhice nesse período: “em 1996, foi sancionada a Política Nacional do Idoso, e em 2003, foi publicado o Estatuto do Idoso, além de uma série de pequenas conquistas e programas realizados nos níveis nacional, estadual e local” (NÓBREGA, 2015, p. 867). Essas medidas buscavam garantir melhores condições de vida, promovendo um envelhecimento mais sucedido aos idosos, com condições de acesso à saúde, educação, lazer, moradia entre outros.

Acreditamos que o espaço e o território são categorias potentes para a compreensão das experiências de idade, sobretudo o envelhecimento, principalmente quando pensamos nas relações sociais, pois, ele não é um produto dado, mas está em permanente construção, conforme argumenta Massey (2008). Também, demonstramos ao longo do texto as múltiplas possibilidades de compreensão sobre a vivência espacial de idosas(os) a partir dos conceitos da intergeracionalidade, da interseccionalidade e dos cursos de vida, pois o envelhecer produz espacialidades específicas de acordo com o lugar.

Buscamos nesse texto, construir e ampliar o debate em relação ao tema do envelhecimento partindo das contribuições da Geografia e de seus conceitos e categorias balizadores. Portanto, a partir de uma perspectiva multidimensional do espaço e do território mostramos como o envelhecimento pode se tornar uma categoria de análise geográfica importante para entender as relações e as transformações no/do espaço e na vida de pessoas idosas, em que a dimensão do corpo tem um papel fundamental do ponto de vista da mobilidade e da circulação pelo espaço geográfico.

Evidenciamos a contribuição dos conceitos de intergeracionalidade, interseccionalidade e cursos de vida e a relação entre espaço e velhice para a geografia, na medida em que é uma ciência preocupada com a dimensão espacial dos processos estabelecidos entre a dimensão sociedade e natureza, entendida aqui como o eixo epistemológico da Geografia.

Partindo do envelhecimento como uma experiência espacial heterogênea, que varia de acordo com as posições identitárias (gênero, sexualidade, raça), buscamos apresentar nesse trabalho as múltiplas construções e representações sociais sobre a velhice e dar visibilidade aos homens e as mulheres idosas como sujeitos sociais importantes de serem compreendidos pela Geografia.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. (trad. Dora Flaksman) 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARRETO, Maria Leticia. **Admirável Mundo Velho**. Velhice, fantasia e realidade social. Editora Ática, São Paulo: 1992.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice** – a realidade incômoda. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 2.ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970, v. 1.

BRASIL – Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde – 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

DEBERT, Guita Grinn. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e território em disputas**. 1 Ed., São Paulo, Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marco Aurélio de; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Org) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 Ed., São Paulo, Expressão Popular, 2009.

HARDILL, Irene. Introduction: Geographies of Aging. **Journal The Professional Geographer**. Volume 61, 2009.

HOPKINS, Peter; PAIN, Rachel. Geographies of age: thinking relationally. **Area** Vol. 39 No. 3, pp. 287–294, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

JAHN, Elisiane de Fátima. **Envelhecimento, campesinato e o crédito consignado: o papel educativo de Movimentos Sociais em relação as estratégias de educação financeira com idosas camponesas e idosos camponeses**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós – Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2018.

LOPES, Guiomar Silva. Envelhecimento e interdisciplinaridade: uma prática em construção. *In*: **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa/ organizado por Belkis Trench, Tereza Etsuko da Costa Rosa**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MASSEY, Doreen. Concepts of space and power in theory and in political practice. **Doc. Anal. Geogr.** 55, pp. 15 – 26, 2009.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Reflexões teóricas sobre o cotidiano e a geografia no envelhecimento humano. **Estudos interdisciplinares de envelhecimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 865-881, 2015

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Revisão e aportes sobre a geografia do envelhecimento. **Revista Formação** (ONLINE) Vol. 1; n. 24, Jan-Abril/2017. p.34-62.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Joseli Maria. Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças. In: SPÓSITO, Eliseu Savério (orgs). **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. 1. ed – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.